

 <https://doi.org/10.20336/rbs.1082PT>



# Teoria sociológica no Brasil hoje: desafios e possíveis direções

## Sociological theory in Brazil today: challenges and possible directions

## Teoría sociológica en Brasil hoy: desafíos y posibles direcciones

José Maurício Domingues\* 

### RESUMO

Este artigo busca fazer um breve balanço do estado da teoria sociológica hoje, com referência também especificamente ao Brasil. Isso é instrumental sobretudo para identificar problemas, bem como os caminhos e soluções que se podem percorrer e tecer de modo a robustecer uma área fundamental de pesquisa que, nas últimas décadas, declinou ou se paralisou, o que ocorre no Brasil também, aqui, antes de haver se consolidado. Estrutura e ação, modernidade, história e evolução, “natureza”, meio-ambiente e mudança climática, tendo como pano de fundo uma concepção epistemológica que descarta a ideia de metateoria em favor do conceito de teoria geral, são os eixos sobre os quais se desenvolve. Ao final discute-se o caráter crítico, dado ou possível, da teoria sociológica, bem como as razões para seu declínio ou paralisia contemporaneamente.

**Palavras-chave:** teoria sociológica, Brasil, estrutura e ação, modernidade, história e evolução, natureza e mudança climática

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Doutor em Sociologia pela London School of Economics and Political Science, professor titular dos programas de Sociologia e Ciência Política do IESP-UERJ.

**ABSTRACT**

This article seeks to briefly assess the state of sociological theory today, also specifically referring to Brazil. This is instrumental above all to identify problems, as well as the paths and solutions that can be followed and developed in order to strengthen a fundamental area of research that in recent decades has declined or become paralyzed, which is also happening in Brazil, here before it was consolidated. Structure and action, modernity, history and evolution, “nature”, environment and climate change, against the backdrop of an epistemological conception that discards the idea of metatheory in favor of the concept of general theory, are the axes upon which it develops. At the end, the critical, given or possible, nature of sociological theory is discussed, as well as the reasons for its contemporary decline or paralysis.

**Keywords:** sociological theory, Brazil, structure and action, modernity, evolution and history, nature and climate change

**RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo hacer un breve balance del estado de la teoría sociológica en la actualidad, también con referencia específica a Brasil. Se trata, sobre todo, de identificar los problemas, así como los caminos y las soluciones que se pueden tomar y tejer para fortalecer un área fundamental de la investigación que ha decaído o se ha paralizado en las últimas décadas, lo que también es el caso de Brasil, aquí, antes de que se haya consolidado. Estructura y acción, modernidad, historia y evolución, “naturaleza”, medio ambiente y cambio climático, con el telón de fondo de una concepción epistemológica que descarta la idea de metateoría en favor del concepto de teoría general, son los ejes sobre los que se desarrolla. Al final, se discute el carácter crítico, sea dado o posible, de la teoría sociológica, así como las razones de su decadencia o parálisis contemporáneas.

**Palabras clave:** teoría sociológica, Brasil, estructura y acción, modernidad, evolución e historia, naturaleza y cambio climático

## Introdução

Vale começar com uma pergunta: o que dizer da teoria sociológica hoje, uma área de investigação que, nas últimas décadas, em boa medida entrou em recesso e na qual na melhor das hipóteses encontramos hoje epígonos ou trabalhos bastante vagos? A produção teórica na sociologia em algum momento constituiu um campo de enorme prestígio, a despeito da descrença ou da antipatia de muitos sociólogos mais ou exclusivamente orientados para a pesquisa empírica. Um grande respeito cercava a teoria sociológica, seja no universo da disciplina sociológica formalmente estabelecida, com a figura maior de Talcott Parsons cintilando, mas contando com muitos outros autores, de Robert K. Merton ao interacionismo simbólico; seja no universo paralelo, mas de alguma forma interligado, do marxismo, com suas várias vertentes, do hegelianismo ao estruturalismo. Alguns, em algum momento, supuseram, inclusive, que a teoria sociológica seria mesmo uma espécie de rainha dentro da sociologia – seguindo os passos de Jeffrey Alexander (1982). Cibernética, culturalismo e metafísica – com sua “metateoria”, uma perspectiva neo-kantiana em que os conceitos se movem sozinhos – se apresentavam, assim, como desvinculadas da pesquisa empírica e do que Merton chamou de “teorias de alcance médio”, entendimento que jamais foi o de Parsons, sempre um teórico extremamente preocupado com a interação entre a teoria e os diversos campos de pesquisa da sociologia, inclusive com investigações epistemológicas profundas sobre o tema em sua primeira grande obra (Parsons, 1937/2009, 2010). O que ele articulou e devemos seguir buscando – e vários marxistas por seu turno também perseguiram – foi uma teoria sociológica geral, cuja generalidade não descarta da pesquisa empírica, em seus insumos, nem de como reage sobre ela.

O desenvolvimento do que se convencionou chamar de teoria social – como tal interdisciplinar – e a herança da teoria crítica – em geral articulada por filósofos, ainda que interessados na sociologia, como Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas, todos bebendo de algum modo em Karl Marx –, com também sua combinação com a teoria sociológica, acentuaram em parte esta tendência que, entretanto, não era exclusiva. O próprio movimento do que Alexander definiu como as “sínteses teóricas” dos anos 1970-1980 não necessariamente se destacava das preocupações e dos vínculos com a pesquisa empírica, seja na curiosa e infrutífera discussão sobre a

articulação entre os planos “micro” e “macro” (uma herança problemática do interacionismo simbólico de Herbert Blumer, ainda que não de Georg H. Mead, da fenomenologia de Alfred Schutz, das pesquisas de Erving Goffman e da etnometodologia de Harold Garfinkel), ou na teoria da estruturação de Anthony Giddens e no “estruturismo” de Pierre Bourdieu (ambos sociólogos que se enraizavam fortemente na disciplina, apesar dos voos de ambos, sobretudo do primeiro, na teoria social) e mesmo na obra de Habermas, o qual porém acentuou em parte a noção de interação, recolhida posteriormente por seu aluno Axel Honneth (na “luta pelo reconhecimento”, importante na obra de Georg W. F. Hegel e Marx).

O movimento de síntese se esgotou, porém, com resultados discutíveis (como buscarei mostrar adiante) ao repetir discussões que chegaram a impasses compreensíveis, mas desnecessários. Alguns tentaram uma “sociologia relacional” (como se fosse uma novidade, o que de forma alguma era o caso – sem falar de sua apropriação de discussões que se faziam na disciplina ao avançarem seus proponentes adventícios suas teses básicas) ou um “realismo crítico” que reproduzia as mazelas tanto do individualismo quanto do dito “coletivismo”, com uma fraca dialética os conectando e misturando o que se pode chamar de os planos ôntico e ontológico da vida social (ou seja, a óbvia dinâmica de constituição da vida social por sua sucessão em um tempo fixo e a compreensão de sua constituição relacional e interativa enquanto tal). Mais recentemente, na França, uma vertente neopragmatista, às vezes mais teórica, embora confusa nos métodos, às vezes rala conceitualmente, se apresenta como sucedâneo da teoria sociológica, mas dificilmente chega a sê-lo, ao restringir seu campo de indagação, estratégias de pesquisa e resultados conceituais. A teoria de Niklas Luhmann tem seus adeptos, em seu forte fechamento autopoietico, sendo, porém, difícil saber em que se pode avançar nela, uma vez que o mestre parece havê-la levado tão longe, completamente e de maneira unilateral, ou como ela poderia, mantendo-se suas fortes premissas, dialogar com outras correntes sociológicas. Por seu turno, a teoria da escolha racional, apesar de avanços com Gary Becker e James Coleman, nunca fincou fortes raízes na teoria sociológica porquanto, se é verdade que o comportamento estratégico atravessa a totalidade da vida social, é nas dimensões econômica e política da modernidade que ele se faz mais forte, justificando em parte o interesse das disciplinas que as estudam especificamente na adoção dessa abordagem,

ainda que no estudo das políticas públicas a dominância dos economistas, na onda do neoliberalismo, avance a cada dia.

Em suma, o panorama não é alvissareiro internamente ao campo teórico, ao que se somam problemas, os quais assinalarei mais à frente, de caráter mais geral. Isto posto, que fazer? No Brasil, algumas dessas correntes se reproduzem, com poucos resultados – e em geral sem referir-se à produção de quem fez e faz teoria no Brasil, de Florestan Fernandes a Gabriel Cohn e Renato Ortiz, entre outros, conquanto Alberto Guerreiro Ramos tenha por vezes recebido certa atenção. Menos ainda mobilizam-se seus diálogos latino-americanos.<sup>1</sup> Os marxistas insistem em esmiuçar Marx, weberianos e durkheimianos são menos numerosos, mas não destoam muito dessa estratégia quanto a seus próprios autores prediletos, ao passo que, afora certos trabalhos na trilha do neopragmatismo francês, o que se encontra em geral são comentários sobre autores estrangeiros. Mais interessantes são talvez alguns esforços por juntar pesquisa empírica e teoria, sem que isso seja feito de maneira metodologicamente sistemática, porém. Sem dúvida, aqui e ali vemos discussões que tentam introduzir no Brasil as teorias pós-coloniais e de(s)coloniais (até no “de” certa afetação da importação se manifesta), sem atenção de maneira geral para a sociologia latino-americana dos anos 1950-1970, exceto em parte para a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Orlando Caputo e Vania Bambira (as teorias da “marginalidade” e do “colonialismo interno” tiveram menos fortuna). Mas assim como não se produziu de fato teoria com essas perspectivas em nenhuma parte, entre nós, ao menos até agora, esse não foi tampouco o caso. Declínio e paralisia caracterizam hoje a pesquisa em teoria sociológica, entre nós ademais reiterando uma crônica falta de autonomia intelectual.

Escrever sobre a teoria sociológica propondo caminhos é, porém, um pouco estranho para alguém que vem fazendo isso – na prática – há 40 anos, em várias áreas. Os meus próprios trabalhos publicados são testemunho

---

<sup>1</sup> Como se sabe, o debate incontornável sobre a produção teórica na América Latina se deu entre Alberto Guerreiro Ramos (1958/2024), Florestan Fernandes (1958) e Gino Germani (1964). O primeiro confiava decididamente na imersão via *epoché* fenomenológica, purificante cognitivamente, em nossa realidade empírica, o segundo contraditoriamente deixava a teoria para as futuras gerações, ao passo que produzia trabalhos de grande sofisticação nessa área, confiante na maturação da sociologia latino-americana e produzindo teoria de alto nível (Fernandes, 1967/1980), enquanto o terceiro apostava na maturação da sociologia latino-americana para que esta adequadamente produzisse teoria.

disso. Inevitavelmente me referirei a eles no que segue, mas procurarei não fazê-lo muito intensamente.<sup>2</sup> As ideias, sim, estarão presentes à medida em que os diversos campos tradicionais – e não tradicionais – da teoria sociológica forem abordados. Problemas e impasses, soluções e vias inovadoras serão discutidos com o intuito de afastar falsas questões e velhas soluções, repetitivas. Nesse sentido, o presente artigo toma um pouco a forma de um ensaio, basicamente “reflexivo” (palavra da moda há algumas décadas) antes que de uma revisão sistemática da literatura, de resto muito limitada nos dias que correm. Ele não almeja confrontar-se com o que de fato existe na produção nacional, senão pôr em pauta as questões que considera teoricamente mais relevantes. Os desafios e áreas de investigação promissoras se apresentarão ao final de cada linha de raciocínio criticamente desdobrada ao longo do texto.

Vale sublinhar, por fim, que considero necessário que a teoria sociológica – como a sociologia em geral e, mais ainda, as ciências sociais em seu conjunto – seja pensada a partir de uma “ruptura epistemológica” com o senso comum (Bachelard, 1938/ 1996). Nesse sentido, convém distingui-la de produções pré-científicas que versam sobre o social, por mais interessantes que sejam (quando são), ao contrário do que se insinua hoje. Assim, cartas, relatos e observações de viagem ou artigos de jornais podem ser eventualmente interessantes. Não se deve tampouco descartar a preocupação com “problemas sociais” e os esforços críticos dentro da teoria sociológica no que concerne à modernidade. Antes de tudo deve-se, porém, ter em conta que o que nos ocupa é – ou deve ser – um *empreendimento científico*, onde quer que se realize e sem que importe tema ou agente que o leva a cabo. Cumpre recusar condescendências de qualquer natureza, o que não implica desconsiderar que também os pontos de vista científicos são, de maneira complexa, socialmente enraizados. Qualquer outra consideração deve ser, nesse sentido, descartada quando nos ocupamos deste tema ou ao levar a cabo nossas investigações.

---

<sup>2</sup> Com referência mais diretamente à teoria sociológica, assinalo as seguintes publicações: Domingues, 1995, 2000, 2001, 2002, 2009, 2013, 2018, 2022, 2024a, 2024b e 2025a. Discussões sobre teoria social estão de qualquer forma presentes em todos os meus artigos, capítulos e livros. Muitos dos temas e autores discutidos neste artigo são também tratados com detalhe nessa bibliografia.

## Estrutura e ação

Um tema que se consagrou na teoria sociológica foi aquele problematicamente definido como se referindo à relação entre “estrutura” e “ação”, ou, posto de outro modo, entre o ovo e a galinha. O que vem antes, a sociedade ou o indivíduo, ou mais tecnicamente, o sistema social/a estrutura ou o ator? Incontáveis páginas foram escritas para responder a essa questão, ao mesmo tempo central e pueril. Central porque no universo “pressuposicional” da modernidade desde o século XVII a oposição ou complementariedade entre esses dois polos – indivíduo e sociedade ou Estado – povoa o imaginário social, como se vê de forma intelectualmente elaborada em autores como Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant e Johann Gottfried Herder. O imaginário moderno, previamente e para além da filosofia e das nascentes ciências sociais, os tem fincado em seu coração, com ideologias burguesas – em especial o direito natural subjetivo e a ideia de um pacto social para criar e controlar o Estado, bem como uma concepção proto-organicista da sociedade – disseminando-se pela vida social e impregnando suas expressões intelectuais sistemáticas que, por sua vez, as retroalimentavam. A sociologia nasceu com essa polaridade em seu cerne, questão da qual supostamente Herbert Spencer (depois Max Weber) e Émile Durkheim foram os expoentes, inaugurando uma indagação que se repete, fornecendo-se respostas com variações em geral limitadas. É verdade que uma tradição do protestantismo comunitário, muito forte nos emergentes Estados Unidos, com Charles Colley e Mead, pôs a interação no centro da teoria social, ao passo que Karl Marx e Georg Simmel acentuaram-na também, na trilha de Hegel, sugerindo ainda uma dialética entre indivíduo e sociedade, bem como uma concepção, no caso de Marx principalmente, de agentes coletivos, não bem especificada no plano mais geral da teoria. Foi aquela dialética que em geral foi retida pelos marxistas, que enfatizaram um polo ou outro, deixando na penumbra suas soluções mais originais – a interação, que aparece reificada em *O capital* via mercadoria, e os agentes coletivos, as classes, via de regra tratadas de modo apenas substantivo, como o próprio Marx fez.

Obviamente, o ovo e a galinha se produzem na sucessão (na curtíssima bem como na longuíssima duração da vida social). Mas, se tal intuição era relevante quando Marx a propôs, hoje trata-se de mero truísmo (como em Archer, 1995). Um não vem antes da outra, nem vice-versa. Mais importante,

se trazemos à memória a ontologia do ser social de György Lukács (1984/2018), a inovação original crucial foi a teorização de Marx da vida social (absorvida por Simmel e outros que nos Estados Unidos o seguiram) para além do indivíduo e sobretudo de uma noção de “substância” oriunda da metafísica. Esta que se faz visível claramente no conceito de “fato social” de Durkheim, o qual se espalhou pelo estruturalismo e o funcionalismo, sem que muitos percebam como reproduzem a noção ontologicamente metafísica, o que, por outra parte, se reproduz na concepção de um indivíduo essencializado (como se fosse, também ele mesmo, uma substância monadológica). São as relações sociais, interativamente constituídas, que tecem a vida social, como Mead e o interacionismo simbólico, ainda que este haja radicalizado sua fluidez de modo exagerado, perceberam e explicitaram (no que foram implicitamente seguidos, enfim, por Parsons). É preciso, portanto, a esta altura, abandonar o truísmo do ovo e da galinha e avançar – para além do que, aliás, as sínteses teóricas chegaram, pois reproduziram em boa medida aquela velha polarização, que provou mais uma vez sua força pressuposicional. Trata-se de abraçar a noção de *processo*, o qual se desdobra, constitui as interações e as relações sociais e é nelas e por elas constituído.<sup>3</sup> Isso se verifica no plano do indivíduo como agente, mas igualmente no que tange ao que chamei de *subjetividades coletivas*, que não devem, porém, ser tratadas como grandes indivíduos, uma vez que seus níveis de (des)centramento são variáveis (dependendo da solidez de seus centros decisórios e de sua autoidentidade, bem como de sua delimitação em relação a outras coletividades). Note-se que, mais uma vez com referência a Marx, Lukács (1967/ 2018) também assinalou a novidade da teorização dessas coletividades, para isso evocando o silogismo do singular, do particular e do geral. Todas as subjetividades coletivas apresentam uma causalidade coletiva que, ontologicamente, não é mais nem menos que a força conjunta dos indivíduos que relacionalmente as tecem.

Aqui cumpre aduzir o tema da *criatividade social*. Desde Durkheim, é em boa medida a reprodução da sociedade – a “ordem” – aquilo que abisma e interessa aos sociólogos explicar, embora desde Marx também o conflito e a mudança social tenham comparecido à teoria sociológica. O que raramente se põe em discussão e análise é a criatividade social. Mead e Parsons estavam

---

<sup>3</sup> Para um tratamento interessante, com ênfase nos “contextos”, ver Hoebel e Knöbl, 2019. Já Abbott (2016) propõe a ideia de processo como quase uma novidade, o que certamente não é o caso.

cientes dessa questão no plano teórico geral, ao assinalarem – pelo “eu” e o “mim”, no caso daquele, e da “dupla contingência”, no deste – como o novo penetra os processos interativos. Mas, em particular, Parsons matou o assunto ao afirmar que a reprodução da sociedade se dá mediante a subsunção dessa contingência pelas normas sociais, que reduziriam assim as possibilidades de divergência entre ego e alter. Cornelius Castoriadis mais recentemente introduziu a questão do “imaginário radical” (ou “imaginação radical”), ao apontar, com inspiração em Sigmund Freud e Jacques Lacan – mas contra este também –, como o “isso” incessantemente produz novos significados, simbólicos, que conformam um magma que, ao que parece, se bem que seu texto não seja muito claro, se cristaliza em instituições sociais, as quais, eventualmente, cedem lugar a novas construções significantes e instituições. Hans Joas posteriormente identificou a falta de uma teoria adequada da criatividade na teoria sociológica e propôs uma resposta pragmatista calcada na ideia de solução de problemas, de cunho basicamente cognitivo. Uma robusta teoria da criatividade social – que não descure das memórias sociais sedimentadas, questão que Durkheim, apesar dos pesares, corretamente identificou – se beneficia das questões e conceitos avançados por todos esses autores, mas deve ainda vincular-se fortemente ao conceito de subjetividade coletiva de modo a evitar a reificação das instituições sociais (o problema de Durkheim e em parte de Parsons), bem como cair no individualismo ou em uma visão radical sistêmica (o problema da noção de líder carismático em Weber e da autopoiesis em Luhmann).

Uma teorização completa dos processos sociais se desenha com todos esses passos. Com eles podemos ir além de muito do que a teoria sociológica incessantemente repete, reconhecendo ainda como o poder e o costume garantem que padrões institucionais reproduzam a vida social, mas que as coletividades e a criatividade cumprem papel central por outro lado. Sem dúvida, muito já se escreveu sobre interação e processos sociais, mas esta é certamente uma abordagem cujo aprofundamento tem muito a oferecer à teoria sociológica. A noção ampla de classes sociais recebeu absoluta centralidade na obra de Marx e Friedrich Engels, mas se expandiu para outras áreas – como as de gênero e raça, inicialmente com as obras de Mary Wollstonecraft e W. E. B. Du Bois. Uma concepção robusta de subjetividade coletiva pode ajudar a conceitualmente alicerçar tais conceitos que, em geral, apresentam caráter mais empírico, como é o caso de resto com a

ideia de classes sociais e quaisquer outras coletividades. Nessa junção entre coletividades, criatividade social e processos radica, creio, uma das áreas mais promissoras da teoria sociológica. Aquelas se diluem se se apresenta delas, contudo, uma repetida perspectiva neoestruturalista, que é exatamente o que se deve abandonar; por isso mesmo a ideia de processo, ontologicamente fundamental, em toda a sua complexidade, deve estar no cerne da teoria sociológica, como Lukács corretamente percebeu com relação a Marx, embora desatento para a questão da criatividade (exceto no que tange à questão muito genérica da revolução, obviamente um momento altamente criativo). Por outro lado, metodologias que reduzam a interação àquilo que supostamente se confina ao horizonte dos atores leigos na vida cotidiana, por mais poderosos que eles sejam, é reduitiva e necessita ampliar-se para abarcar as relações mais amplas que se produzem e reproduzem na vida social, incluindo o que se passa entre as subjetividades coletivas.

Uma questão crucial para as ditas “teorias da ação” que são tradicionalmente tão importantes para as abordagens discutidas aqui é a da *racionalidade* – maneira mais técnica e possivelmente focada em objetos ou processos específicos de falar da razão, tema decisivo para o Iluminismo. Como observado brevemente na seção anterior, a racionalidade estratégica – instrumental ou “com relação a fins”, com sua forte sistematicidade e controle por parte dos agentes, em geral vinculada a perspectivas utilitaristas de variadas colorações – por muito tempo dominou as teorias sobre a sociedade, embora Weber já houvesse introduzido a racionalidade (ação de cunho sistemático) com relação a valores. As teorias sobre a *reflexividade* – reproduzindo muito da ideia de sistematicidade que as teorias da racionalidade esposam, ainda que de maneira mais vaga – voltaram a essa temática, ao passo que, mais recentemente, a crítica à racionalidade (supostamente “ocidental” ou eurocêntrica) afirmou-se em certas correntes pós-coloniais e descoloniais. Uma contribuição importante nesse sentido, ao lado do que nos oferece a fenomenologia, encontra-se no pragmatismo – a partir de William James, bem como de Marx por outras vias pós-metafísicas, e com reverberações contemporâneas, como nos trabalhos de Patricia Hill Collins –, em que o tema da *experiência* dos sujeitos, indivíduos e coletividades, assume grande importância. Emoções e paixões aos poucos emergem como temas, mas ainda de modo mais limitado. A experiência,

em sua concretude, tem oferecido desde sempre o contraponto à ideia de razão ou racionalidade, que adquiriu centralidade desde os inícios da modernidade, a princípio no plano da filosofia, acompanhada mais palidamente pelas paixões e as emoções do ponto de vista conceitual. A teoria da racionalidade comunicativa de Habermas já ampliara o foco da análise, dando ademais destaque à interação. Obviamente, ainda há bastante trabalho a ser realizado. É necessário voltar a tratar desses temas, científica e politicamente cruciais, de maneira mais flexível, mas incisiva. Essa é uma vocação original da sociologia, à qual cumpre abraçar e dar continuidade.

## Modernidade: teoria e sociologia histórica

É verdade que Marx e Engels deram ênfase ao capitalismo. Mas este, embora determinante, fornecia apenas as bases para a sociedade moderna – ela em si multidimensional (com suas instâncias política, jurídica, ideológica, artística, sexual-reprodutiva, familiar etc.). Daí em diante, embora o marxismo mantivesse o papel decisivo da base econômica, interpretando-o de formas variadas, a teoria sociológica desde Weber, sobretudo, insistiu na multidimensionalidade da vida social, de novo com pesos distintos para cada dimensão. Não quero aqui polemizar com o “materialismo histórico”, mas, seja desde um ponto de vista marxista, seja com uma perspectiva multidimensional, a qual esposo, a teoria da modernidade esteve e deve estar no centro da teoria sociológica.<sup>4</sup> Em outros momentos sugeriu-se que à antropologia ficariam reservados os ditos “povos primitivos” e à história as civilizações pré-modernas, ao passo que a sociologia deveria focar-se nas sociedades modernas, inclusive do ponto de vista teórico.<sup>5</sup> Nem o marxismo nem as teorias da evolução, às quais retornarei adiante, se ativeram a esse ponto de vista formalista, o qual de todo modo está esgotado e não tem capacidade de convencimento (por seu evolucionismo, em grande

---

<sup>4</sup> Trata-se de definir o peso de cada dimensão segundo as características de cada civilização ou sociedade, teoricamente definidas, bem como de acordo com o que se evidencia concretamente em investigações de cunho mais empírico. Obviamente, na modernidade, o peso do capitalismo é enorme – mas não absoluto, como evidenciam as lutas políticas que hoje claramente opõem cidadãos plebeus às oligarquias políticas contemporâneas – inclusive de “esquerda” –, para além da “luta de classes”.

<sup>5</sup> À ciência política, à economia, à linguística, à psicologia etc. ficariam reservadas áreas mais específicas, embora na América Latina a separação da ciência política da sociologia em modo estadunidense só tenha se realizado a partir dos anos 1970.

medida, e por certo caos metodológico que a complexidade das ciências contemporâneas impõe). Por outro lado, é verdade que a modernidade foi, segue sendo e deve manter-se como foco de interesse da teoria sociológica, especialmente se a queremos relevante para essas mesmas sociedades. Aqui uma série de problemas se coloca. Primeiramente, quanto à periodização e às origens da modernidade.

De forma geral, a sociologia supôs que a modernidade se estabeleceu a partir de meados do século XVIII – Marx e Engels, por exemplo, ofereceram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa como seus marcos icônicos. Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989) impulsionou uma perspectiva distinta, que a data do século XVI. Creio que a tradição sociológica está correta e que as análises e afirmações teóricas de Wallerstein são muito frouxas, em especial sua definição vaga do capitalismo. Ela deve muito a Ferdinand Braudel e em parte a Weber – comércio e lucro, simplesmente –, mas não a Marx ou Weber visto de outro ângulo – capital e trabalho assalariado e racionalização da produção. Por outro lado, embora Wallerstein acentue o papel do Estado, uma análise adequada deste nunca se apresenta em sua obra, o que o obrigaria a reconhecer que o Estado moderno somente no século XVIII e sobretudo no XIX se estabeleceu (direito e administração racional), enquanto uma esfera política autônoma surgiu igualmente neste momento (para além de instituições em que o poder se cristaliza, como em qualquer civilização). Para além dessas duas questões básicas, a discussão é complicada e obviamente seria impossível dar conta dela aqui.

A questão das origens da modernidade, para além de sua datação, implica problemas ainda mais complexos. É verdade que o mundo gira sempre envolvendo muitas conexões entre civilizações e regiões. É verdade também que aquilo que se convencionou chamar de Europa, uma vez que a modernidade se estabeleceu com certa coerência na região que a define geograficamente, era apenas um rincão atrasado ao lado do florescente mundo islamicado, tendo ainda a região sínica (que depois tornou-se a China moderna) e mesmo a região índica (onde se localizam hoje a Índia, o Paquistão, Bangladesh, o Sri Lanka) evidenciando uma pujança e uma sofisticação muito maior. É verdade que empréstimos e apropriações são parte íntima e crucial de qualquer devir histórico e que a cristandade “medieval” bebeu em muitas fontes, assim como as “Américas”, conquistadas no século XVI, forneceram ouro, prata e matérias-primas aos centros capitalistas e

estados absolutistas que emergiam na Europa que com eles se formava. A mão de obra africana escravizada e o trabalho forçado nos territórios que se situavam no extremo oeste e além-mar daquela região emergente foram obviamente decisivos para sua conformação e riqueza. Enfim, é verdade que nessas novas Américas, mas também mundo afora, na Europa, nas Áfricas e Ásias (estas duas últimas enquanto tais também uma criação da modernidade), sociedades hibridizadas se formaram. Nesse sentido, date-se a modernidade do século XVI ou do XVIII, trata-se ela de uma civilização global entrelaçada, como muitos hoje afirmam.

A questão não é, porém, bem essa. Sem dúvida, cumpre descartar de vez o eurocentrismo que quer desconhecer os empréstimos e intercâmbios, espontâneos ou forçados, entre as civilizações anteriores à modernidade e no curso de sua formação. Isso não deve nos levar a desconhecer, por outro lado, que a modernidade tem como fulcro de desenvolvimento o que se conformava como Europa – com um novo imaginário e novas instituições, com novas práticas sociais, na economia e na política, na sociabilidade e nas relações familiares, nas artes e na literatura. Se a modernidade surgiu e se desenvolveu globalmente, seu centro dinâmico e inovador residia naquela região: uma concepção, baseada em direitos individuais subjetivos, segundo a qual a liberdade e a igualdade são ou devem ser universais (embora muitas restrições na prática sempre se tenham feito presentes frente a essa visão geral), capitalismo (com mercantilização generalizada e trabalho assalariado, o que difere muito da escravidão em que o trabalhador é em si uma *commodity* vendida por seus captadores majoritariamente africanos), Estado racional-legal (residualmente patrimonial), sistema político diferenciado (parte da dimensão política propriamente dita e não administrativa, ao contrário do que a tradição weberiana sugere), família patrimonial nuclear (não dinástica ou estendida), nações (para além de identidades étnicas) e racismo (sempre em tensão com a ideia de direitos individuais subjetivos e a ideia de que todos os homens e – aos poucos – mulheres são iguais).

O liberalismo republicano desde o século XVII hegemonizou a construção desse mundo, com a democracia paulatinamente minimizando o caráter oligárquico (controlado por políticos cada vez mais profissionalizados) dos sistemas políticos modernos, através de intensas e amiúde violentas lutas políticas de classe, de gênero, raciais, étnicas e propriamente políticas também (com uma reorganização e mesmo autocratização avançando no

momento). Por outro lado, um sistema internacional baseado em Estados-nação e, em contrapartida, certo cosmopolitismo também se implantou. Nada disso existia antes que a Europa lhes desse vida, para o bem ou para o mal. De todo modo, tem sido a partir da expansão da modernidade que a democracia se tornou tema global, presente em parte na teoria sociológica e sobretudo na sociologia política, ainda que a teoria política e a ciência política se destaquem nesse quesito (questão sobre a qual talvez fosse necessário que os sociólogos refletissem).

Como se sabe, o pós-colonialismo e o descolonialismo amiúde se opõem a essa concepção, que adquiriu cunho teórico sistemático na sociologia e disciplinas contíguas.<sup>6</sup> Assim, denuncia-se seu caráter supostamente apenas opressor – como se à Europa e à modernidade se devesse reservar essa censura (ao que parece, Astecas e Incas, Brâmanes e Kashtrias, confucianos e aiatolás estariam isentos dessa censura, bem como os homens praticamente em todos os cantos do mundo) – e se esquece a ideia benjaminiana de que toda obra de civilização é uma obra de barbárie. Essa construção contou, no entanto, muitas vezes com a contribuição de autores do que se hoje chama de Sul Global. Acentuando a positividade da modernidade ou a criticando acerbamente, entre eles se encontram muitos latino-americanos, como José Carlos Mariátegui e Caio Prado Junior, mas, para além dessa região, também Vladimir Ilyich Ulianov Lenin – a menos que se veja a Rússia como “ocidental” –, Mario Pinto de Andrade, Partha Chatterjee, Ashis Nandy e Dipesh Chakrabarty; ou – de outra maneira, se se o quer no “Sul” do “Norte Global” – W. E. B. Du Bois.

É preciso voltar a teorizar esse processo, que hoje sofre bastante devido ao peso da retórica que caracteriza aquelas correntes. Sem dúvida alguma, o racismo moderno tem origem no que historiadores comumente chamam de “early modernity” (expressão intraduzível até hoje para o português, implicando uma modernidade inicial – ou “temprana”, como se diz em espanhol).<sup>7</sup> Mas muito mudou e não é possível atribuir tudo a uma colonialidade imutável; nem, ao fim e ao cabo, apesar de denunciar-se apenas o caráter opressor da modernidade, querendo-se sub-repticiamente abraçar seu lado emancipatório (afirmando o caráter absoluto do binômio

---

<sup>6</sup> Opõe-se, por vezes, até à própria sociologia, desígnio ocidental supostamente a ser descartado (Mignolo, 2000/2003).

<sup>7</sup> Sugestões interessantes são feitas por Martuccelli, 2004. Ele parece-me, entretanto, criticar ideias que já há bastante tempo foram abandonadas pelas ciências sociais.

“modernidade-colonialidade”, ao passo que, por exemplo, se celebra a ampliação da “cidadania”, conceito evidentemente moderno, como faz Aníbal Quijano, 2005 – passo evitado conscientemente por Chakrabarty, 2000, que reivindica os valores do Iluminismo). Se há continuidade, é preciso demonstrá-la de maneira sistemática e apontar também as soluções de continuidade na evolução da modernidade. Inclusive aquilo que parece continuidade pode apenas parecê-lo, com os processos subjacentes ocultos por uma falsa semelhança, o que pode levar a um debilitamento da crítica ao negligenciar-se aquilo que efetivamente hoje conforma sistemas de dominação, exploração e opressão. De qualquer modo, se a civilização moderna emergiu, da forma que argumentei, na Europa e no “ocidente” que então se constituíam, sua portada hoje é muito mais ampla, pois se expandiu e hibridizou com elementos de outras civilizações, mantendo sua preeminência sobre elas, ao constituir-se no vetor principal do desenvolvimento da hodierna modernidade global heterogênea (antes que compondo um universo fragmentado de “modernidades múltiplas”, como sugeriu Shmuel Eisenstadt).<sup>8</sup>

Enfim, é mister introduzir ainda um tema: a relação da evolução da modernidade como civilização, com seus parâmetros imaginários e institucionais – ou seja, reiterados –, com a contingência histórica. Se é verdade que uma civilização se define enquanto tal precisamente pelo fato de se sustentar, na longa ou ao menos na média duração da história, pela reiteração desses parâmetros, esse processo não é mecânico nem simplesmente repetitivo. Ele tem lugar por meio do que podemos chamar de *giros* – fluxos sociais produzidos por agentes individuais e subjetividades coletivas, de modo contingente, com direcionalidade variada (embora muitas vezes rígida, como veremos adiante). Esses giros são eles mesmos processos que originam, reproduzem ou levam ao esgotamento e mesmo ao fim, com ou sem intencionalidade por parte dos agentes e com algum grau de variação, os parâmetros imaginários e institucionais de uma dada civilização. No caso da modernidade, trata-se de *giros modernizadores*. Eles deram origem, reproduzem e um dia levarão ao fim da modernidade. Aliás, a própria evolução das ciências sociais – como parte da modernidade – se

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, a despeito de certas limitações, como a definição de um “modo de produção tributário” genérico e outros problemas, o entendimento de Amin (1988/2021) do “Eurocentrismo”, que em boa medida adotei logo de sua publicação, é em vários aspectos superior ao pensamento pós-colonial e descolonial.

processa mediante tais giros, o que mantém sua identidade enquanto tais em meio a variações em boa medida contingentes.

Não se trata, portanto, de celebrar a modernidade pura e simplesmente, mas de dar conta, sim, de sua complexidade e contradições profundas – incluindo seu lado emancipatório, ao qual voltarei na última parte deste texto. No Brasil, esses problemas são ainda incipientes e não geraram prejuízos de monta à sociologia, conquanto possam estar mascarados por um enorme empiricismo. O Brasil tem uma sociologia histórica de peso, que vai de Celso Furtado e Caio Prado Junior, passando por Sérgio Buarque de Holanda (atento ao menos para a América Latina) e Gilberto Freire – por mais criticáveis que suas teses hoje se mostrem, por razões intelectuais e políticas – e chegando a Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Werneck Vianna, entre muitos outros. Ela é, todavia, muito ensimesmada, problema típico das periferias extrovertidas, aceitando comparações, a partir da bibliografia consagrada europeia e estadunidense, com aqueles mesmos países e regiões (o que inclusive as teorias da dependência e as teorias da marginalidade, todas com forte peso político e alcance latino-americano, ao menos em boa parte reproduziram). É preciso repô-la e refazê-la em conexão com a sociologia histórica da modernidade e com a teoria sociológica da modernidade – que em larga medida podem e devem caminhar juntas –, levando-se em conta os problemas e questões aventadas acima e pondo-a agora em conexão com a realidade dos outros países latino-americanos e de outros países em outras regiões do mundo.

Esta, sim, pode ser, para além da retórica, uma enorme contribuição da sociologia e da teoria sociológica brasileira à sociologia e à teoria sociológica global, para além do eurocentrismo que ainda pervade a disciplina, em boa medida por conta de uma timidez autoinflingida, antes que por desígnios do “Norte”. O Brasil tem sua tradição e, ao mesmo tempo, uma universidade relativamente consolidada, o que pode permitir projetos de análise sistemáticos de mais longo prazo, o que infelizmente se choca com a estreiteza e o imediatismo crescentes das agências de financiamento nacionais. Por outro lado, não cabem mais as grandes “interpretações” do Brasil, que o tratam como uma jabuticaba – caso extremo de nacionalismo metodológico. Enfim, é mister mobilizar todos os recursos fornecidos pela teoria sociológica, discutidos anteriormente, para emprestar robustez a esses empreendimentos. Em particular a noção de processo, tal qual

apresentada na seção anterior, é obviamente crucial, nela se colocando, de maneira sistemática, para além de um uso *ad hoc* e residual, o conceito de subjetividade coletiva.

Enfim, a modernidade possui traços consideravelmente estáveis que a definem como uma civilização, mas passa por distintas fases. A primeira foi liberal-colonial (o Brasil, apesar da manutenção da escravidão, descartando o segundo elemento e processando ao longo do século XIX o que Fernandes chamou de “revolução encapuçada”); a segunda teve o Estado em seu centro (do que o desenvolvimentismo é expressão maior), com a terceira implicando muita complexidade, com o neoliberalismo e redes sociais expandidas. Hoje encaramos os inícios de uma ainda indefinida quarta fase, que vem se desenhando aceleradamente nesse período pós-pandemia. À sociologia cabe investigar o que isso significa para a modernidade brasileira, como se desdobrará entre nós, multidimensionalmente e como se processará a inserção do Brasil – e seus vizinhos – nessa nova configuração global. Aqui apenas assinalo esta quarta fase, a qual está, entretanto, em curso. Convém mantê-la no radar (Domingues, 2025b).

## História e evolução

Terminamos a seção anterior com uma discussão sobre a sociologia histórica no Brasil e seus laços possíveis com a teoria sociológica. Utilizei – sem defini-lo ainda – em vários momentos o conceito de civilização. Uma vez me fizeram a observação de ser “civilização” um conceito perigoso, mercê de suas ressonâncias possivelmente evolucionistas. É verdade que esse conceito foi utilizado, sobretudo na arqueologia e na antropologia, mas também na sociologia, nos quadros do evolucionismo, vinculado à Revolução Neolítica, ao surgimento das cidades, dos estados, da escrita e das classes sociais, bem como das grandes religiões (“mundiais”, diria Weber). Mas todos os termos das ciências sociais têm alguma carga, com frequência problemática, e não precisamos atribuir à ideia de civilização o sentido de “superação” das sociedades sem Estado, classes e escrita, bem como relativamente nômades e com religiões pré-revoluções axiais, quando este mundo e um outro além dele se separam. Ou seja, utilizo o conceito de civilização de maneira neutra, para designar “formações sociais” ou “sociedades” em sua generalidade em termos de imaginários e instituições com continuidade histórica (mesmo

que pequenas e inseridas na lista dos “sem”). De qualquer forma, esse tema remete a outros, quais sejam, da história e da evolução.

Nos autores originais da disciplina, de Spencer e Durkheim a Marx e Weber, a história cumpriu papel crucial. O nó da questão foi sempre seus padrões de desdobramento. No mais das vezes, havia e depois seguiu havendo uma articulação entre história e teoria da evolução (Spencer), evolucionismo pouco sistemático (Durkheim) e padrões de desenvolvimento da história (Weber). A sociologia histórica desde Norbert Elias suavizou esses pontos de vista, dando mais ênfase a temas específicos (como controle da violência), fazendo uso do método comparativo, que em Weber já fortemente se valia das ideias de semelhança e diferença (entre o “ocidente” e outras civilizações ou culturas). Isso parece bem assentado. Ou seja, o evolucionismo mais duro, unilinear, que se apresenta em Parsons (e Luhmann), mas igualmente em Habermas, apesar de sua sofisticação, tem poucos adeptos hoje (com ademais o contraponto de uma visão descontinuísta da história nas obras de Ernest Gellner, Michael Mann e Giddens). Já voltarei a isso, mas quero destacar antes uma questão que tem passado despercebida no debate.

Sem dúvida, Marx tratou da evolução social – em que medida necessária, em que medida contingente não é questão que nos ocupará aqui – com foco na relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Refiro-me, neste passo, todavia, a concepções de Marx que praticamente desapareceram do debate e têm, porém, grande alcance substantivo e metodológico. A única coisa que se aproxima de suas propostas é o conceito, mais restrito, de “dependência de trajetória”, segundo o qual, com frequência, o “custo” de alterar uma linha de desenvolvimento é alto e por isso os processos sociais podem se caracterizar por certo grau de direcionalidade. Trata-se de conceito com um forte pé no utilitarismo e na teoria da escolha racional. A sociologia histórica o tem utilizado com certa produtividade para falar de desenvolvimentos econômicos e técnicos. No caso de Marx, o fundamento de uma visão de direcionalidade é outro e o alcance de sua perspectiva, muito maior. Marx nos chamou a atenção, por meio de teorização sistemática que foi do *Manifesto Comunista* com Engels até *O capital*, para um processo direcional que chama finalmente de “lei”. Ou seja, tratar-se-ia de uma *tendência de desenvolvimento* – requerendo, portanto, “conceitos-tendência” para sua apreensão. Isso abarca tanto as tendências da acumulação capitalista – de sua gênese na chamada “acumulação primitiva”

passando pela concentração e centralização do capital e chegando à abolição da propriedade privada – quanto a “queda tendencial da taxa de lucro”. Ademais, haveria contratendências em jogo – o que explicita somente para a segunda daquelas duas tendências, no volume 3 não publicado em vida de *O capital*.

Observe-se de pronto que tal teorização, desconsiderada por Wallerstein e inclusive pelos neomarxistas que adotam suas premissas, os desarma uma vez que a visão de um sistema capitalista existindo desde o século XVI se mostra, se se leva em conta esses processos de desenvolvimento, como profundamente a-histórica (o capitalismo seria o mesmo desde que apareceu com os grandes mercadores há muitos séculos – problema em que de resto incorrem autores como Giovanni Arrighi, a partir de extrapolações calcadas em pouquíssimos casos, logo totalmente forçadas, ou da transposição direta do conceito de acumulação primitiva para o capitalismo contemporâneo). De todo modo, não importa aqui tanto se Marx identificou corretamente as tendências de desenvolvimento do capitalismo (em particular a tendência à queda da taxa de lucro parece dificilmente fazer sentido). Importa, sim, assinalar sua potencialidade para examinar muitos outros processos, desvendando-se os mecanismos – em geral calcados na competição – que essas tendências abrigam. Isso inclui a constituição da família nuclear e sua globalização, assim como a constituição e evolução – bem como possível dissolução – da dimensão política da modernidade (passos que articulei à minha maneira), mas inúmeros outros podem ser assim focalizados. Não há por que a teoria sociológica brasileira deixar de lado esse tipo de conceitualização que quebra inclusive com a unidirecionalidade das teorias da modernização tradicional, as quais veem os processos de modernização como iguais em sua face empírica. Os conceitos-tendência, elaborados em um plano teórico mais elevado, podem dar conta mais eficientemente da contingência devido a escaparem da determinação direta da empiria, caso em que falsamente extrapolam-se teses derivadas diretamente de análises empíricas e não de articulações conceituais (como é o caso equivocado de Arrighi ou da combinação suposta pelas teorias da modernização entre individualização e família ocidental ou entre o desenvolvimento do capitalismo, liberalismo e da democracia como combinação necessária): aquele tipo de conceito é capaz de localizar e analisar direcionalidades que incluem muito mais fluidez e indeterminação. Mais uma vez, todo o

arsenal de conceitos gerais que discuti acima, inclusive com referência às subjetividades coletivas e à criatividade social, deve ser mobilizado para dar conta desses conceitos-tendência e tendências de desenvolvimento.

As teorias da evolução são, enfim, uma maneira de tratar a história, especialmente nos planos cognitivo e moral (ou ético), com ênfase na materialidade, no poder ou no imaginário. Elas podem ser pensadas sobretudo de acordo com os estágios que supostamente se podem encontrar – seja universal e unilinearmente, seja com uma pluralidade de linhas evolutivas (em Parsons, Habermas, Alexander e Klaus Eder, estes dois últimos dando mais ênfase aos agentes e à contingência); elas podem incluir os mecanismos que presidem a seu desenvolvimento, o que explicaria a passagem de um estágio a outro – o que as faria mais completas, incluindo a contingência (com Eder e Hauke Brunkhorst aí se destacando) ou envolvendo um ponto de vista mais rígido quanto à passagem de um estágio a outro (Parsons e Habermas em princípio se localizando nesta perspectiva). O darwinismo – com seus mecanismos de mutação, ou seja, uma forma de criatividade, na vida social implicando intencionalidade ou não, mais seleção e estabilização – tem exercido bastante influência na sociologia, mas é importante observar que, embora isso com frequência tenha reiterado perspectivas unilineares, este não é necessariamente o caso. Vários caminhos evolutivos podem ser identificados. Isso sói ocorrer via o que se pode, bebendo de novo na biologia, definir como “homologia” e “homoplasia” – falsa homologia – quando evoluções semelhantes resultam, respectivamente, de um caminho anterior comum ou de vias de desenvolvimento cujas origens – necessariamente comuns no caso da evolução social – estão muito afastadas dos momentos posteriores sobre os quais a observação científica se debruça.

Na América Latina, esta é discussão praticamente inexistente. Mas não há porque pensar que a teoria sociológica produzida entre nós não poderia contribuir para esse debate. Em certa medida isso é mesmo imprescindível, uma vez que discutir a modernidade inevitavelmente evoca de alguma forma uma concepção de como chegamos a ela. Se uma interpretação da história pode em parte responder às indagações sobre como surgiu a modernidade, ao nos ocuparmos da longuíssima duração a teoria da modernidade pode contribuir enormemente para uma compreensão ainda mais completa e sistemática de como a ela chegamos, incluindo em particular temas relacionados às questões morais ou éticas que são fundamentais, desde

sempre, para nos situarmos no mundo e contemplar o futuro. Isso é assim, ademais, uma vez que a concepção de progresso que acompanha a modernidade desde seus inícios até hoje, ainda que atravessando certa crise, tem quase que inevitavelmente de ser enfrentada. Mesmo quando aparentemente nos afastamos dela ela retorna, neste caso de forma oculta e, portanto, problemática. Este é com frequência o caso de posições que querem descartar a modernidade em favor das civilizações dos povos originários de nossas Américas – pois há aí uma série de questões de cunho moral evolutivo – ou refazer, contra o capitalismo, nossos sistemas produtivos em uma perspectiva sustentável ou mais tradicional. Em ambos os casos, certos elementos de melhoria ou perfectibilidade possível da espécie humana – que ocupa o centro da concepção moderna de progresso – se repõem. O que nos leva de imediato às questões ambientais e à mudança climática.

## “Natureza”, meio-ambiente e mudança climática

A sociologia nasceu com a autocompreensão de que sua tarefa era tratar da vida social. Ninguém mais que Durkheim sublinhou essa ruptura com o restante dos objetos do conhecimento. O que hoje parece um truísmo envolveu, todavia, um corte geral com outras disciplinas – na prática parcialmente apenas, no que tange à psicologia e à psicanálise –, sobretudo, carregado de efeitos teóricos deletérios sobre o que supostamente ficaria fora da sociedade: a dita “natureza”. Na verdade, a separação entre “natureza” e “sociedade” é pressuposicionalmente fundante da própria modernidade. Mais ainda, as próprias ideias de “natureza” e “sociedade” existem apenas para o pensamento moderno, conquanto se insinuassem já no cristianismo. Se em Marx e Engels a questão da “natureza” se fazia presente como parte dos processos de produção e implicada na troca metabólica entre ela e os seres humanos – ademais como seres naturais e por sua importância para a expressividade do trabalho destes –, intencionalmente ou como um *taken for granted* fenomenológico ela se faz de modo geral ausente da sociologia. A “natureza” jaz diante de nós como um limite duro à vida social, aparecendo no máximo como um substrato da mesma, sem ser tematizada, salvo como objeto de cognição e manipulação (ou dominação).

Com o desenvolvimento da modernidade – e em seu seio do capitalismo – a destruição ambiental, em larga medida como uma consequência não intencional

do poder e da crescente intervenção da espécie humana sobre a “natureza”, começou a pôr em questão a maneira como pensamos e em especial atuamos sobre o mundo natural. Pouco se pensou, porém, a “natureza” como tal. Alguns sugeriram, de maneiras distintas, que a natureza é uma construção social, por vezes chegando até a desconhecer sua materialidade (configurando mesmo um modismo na Inglaterra dos anos 1980-1990). Bruno Latour (1984), ao falar da “ação”, foi longe também ao misturar tudo na noção de “actantes”, assim fornecendo uma releitura problemática das causalidades – em particular da causalidade final – aristotélicas, tais quais lidas pela modernidade. Em vez de nos ajudar distinguindo os diversos estados da matéria e da subjetividade, ofereceu um quadro indistinto e assim pouco útil delas. Latour (1991/1994) equivocou-se igualmente ao supor que ideias ou “ideologias” alguma vez se institucionalizam e efetivam completamente na vida social ao afirmar que “nunca fomos modernos”. Isso decorria do fato de que a separação entre “natureza” e “sociedade” que a modernidade preconizava nunca tenha sido levada a cabo, com, ao contrário, a multiplicação de híbridos. Nesses seus equívocos conceituais teve ao menos o mérito de colocar interrogações relevantes sobre o conceito raramente questionado de “natureza”, ao passo que o de “redes sociotécnicas” com que trabalham colegas seus é interessante, se não se subestima, de novo equivocadamente, o papel das subjetividades individuais e coletivas nos processos sociais.

A verdadeira crise gerada pela agudização das mudanças climáticas, com destaque para o aquecimento global, põe – ou deveria pôr – de forma ainda mais radical a questão teórica da natureza em tela de juízo.<sup>9</sup> Faz sentido seguir cultivando a separação entre “natureza” e “sociedade”? Seria conveniente superá-la, mas para isso carecemos de uma reconceitualização muito profunda de ambas essas noções, tão arraigadas na vida social, de um ponto de vista teórico. Como afirmei, Latour tentou um caminho, mas ele me parece falso, ao passo que Adorno sugeriu, em sua dialética negativa, substituir a ideia de “natureza” pela de “matéria”, que deveria ser pensada de forma plural, o que soa bastante sugestivo. O recurso hoje comum a cosmologias indígenas sói ser sensibilizador para o pensamento moderno, mas não radica aí uma solução adequada para o futuro, em condições sociais muito transformadas. Nem faz sentido supor que teremos agora uma disciplina totalmente nova, com o desaparecimento da sociologia, até porque não se muda por decreto

---

<sup>9</sup>Na sociologia de inclinação teórica, trabalho relevante é Wagner (2024).

ou com *insights* de efeito imediato pressuposições tão profundas de uma civilização, sendo implausível e de fato ingênua uma fusão direta entre a ciência e o pensamento mítico que configura o que Claude Lévi-Strauss definiu como “pensamento selvagem” (sem eurocentrismo e sem exotismo, devo sublinhar, não obstante seu problemático método estruturalista). Ao mesmo tempo, entender a vida social continua sendo necessário e a tarefa precípua da sociologia.

A questão segue, de todo modo, em aberto. No horizonte da teoria sociológica produzida no Brasil, esta temática deve, sem dúvida, estar presente. Outras, como a Inteligência Artificial logo demandarão – ainda que hoje implicando menos do que muitos supõem devido a suas próprias atuais limitações – igualmente, é provável, a nossa atenção teórica.

## Conclusão

Ainda que eu tenha, até certo ponto e em certos pontos, inevitavelmente feito críticas e avançado perspectivas polêmicas, neste artigo busquei tratar da teoria sociológica sobretudo localizando seus problemas e impasses hoje, sugerindo caminhos e possíveis soluções (incluindo, também inevitavelmente, aquelas que eu mesmo venho desenvolvendo). Tracei assim um panorama das questões contemporâneas, com incursões no passado mais remoto ou recente da disciplina. Adotei nesse esforço a concepção de Giddens – em parte oposta à de Parsons – quem, entre os “pais fundadores” (ou “três porquinhos”, como diria Gabriel Cohn), incluiu Marx – em vez de Pareto –, Durkheim e Weber, seguindo pelos desenvolvimentos do século XX e do, até agora para essa área de pesquisa, ralo século XXI. Recusei a metafísica subjacente à ideia de metateoria, com sua excessiva autonomia em relação às outras áreas da sociologia e inclusive da teoria social mais geralmente concebida (que abarca a filosofia, a psicanálise, a linguística etc.). Isso não quer dizer que não devamos tratar sistematicamente os conceitos, com autonomia relativa, senão que o vai-e-vem entre teoria e empiria, metodologicamente de preferência fazendo recurso às teorias de alcance médio, é crucial para a teoria sociológica – que, do contrário, em minha opinião, tende a degenerar em má filosofia, em sua superficialidade. Uma teoria sociológica geral é ao que se deve almejar e desenvolver. Ela

pode ter caráter analítico (como em Hegel e Marx, assim como em parte em Parsons) ou ideal-típico (como em Weber) ou, ainda, adotar outra estratégia epistemológica, mas não deveria se furtar a definir qual seu estatuto epistemológico (como em geral foi o caso, infelizmente, nas sínteses teóricas dos anos 1960-1970).

Em que medida, dependendo da temática específica em que se produz teoria, pode-se tomar certo grau de generalidade teórica – como os caminhos que derivei acima das análises sobre “estrutura e ação” ou teoria da evolução, sempre condicionados obviamente pela experiência social e hermenêutica dos pesquisadores – ou se necessita de mais mediações em função de seu maior enraizamento histórico – como as teorias da modernidade – é algo que deve ser checado a cada passo da pesquisa teórica. A tradição latino-americana e certas teorias sociológicas europeias e estadunidenses elas mesmas se preocuparam com isso – para além de versões mais convencionais do marxismo e das teorias da modernização. Sublinhe-se, de todo modo, que se trata de fazer uma ciência rigorosa, sem diluí-la em contribuições que mais têm a ver com o senso comum, ainda que, como sempre, este possa ter boas intuições, ou mesmo sequer aceitando o que um dia foi – mas não pode repetir-se – o grande ensaísmo latino-americano. Em contrapartida, vivemos em uma época de cientificização unilateral das ciências sociais, com uma obsessão crescente com métodos e a demanda da utilidade imediata do conhecimento empírico, de um lado, e, de outro, a disseminação de discursos que, a rigor, pouco tem de teoria propriamente dita, não obstante suas frequentemente nobres intenções. Diante disso, cultivar a teoria sociológica hoje – com seus vínculos com as variadas abordagens e transdiscipliniedades da teoria social – é essencial.

Antes de finalizar este texto, três questões valem ainda a pena serem discutidas. A primeira remete ao papel da crítica na história da sociologia. Por vezes, afirma-se que, enquanto tal, a disciplina surgiu e mantém um caráter crítico face à modernidade, com suas pressuposições individualistas e utilitaristas. Mas essa é uma leitura extremamente restrita da modernidade, até mesmo no que se refere à sua ontologia e a suas teorias da ação. Há outras concepções importantes, amiúde conservadoras, que incluem fortemente valores e tradições, bem como uma visão mais organicista e que privilegia a “ordem” social, enquanto na sociologia mesmo o utilitarismo e inclusive o individualismo se fazem presentes, de formas e em proporções

variadas, com a crítica descambando em certos casos (como o de Weber, como demonstrou Cohn) para a simples resignação. A sociologia e a teoria sociológica fornecem, sim, instrumentos poderosos para a crítica social, que têm sido adotados pelas teorias propriamente críticas. Estas devem ser assim definidas na medida em que querem ao menos realizar os valores não realizados da modernidade ou, mais radicalmente, superá-la.

Uma crítica imanente das instituições modernas e que assinala a impossibilidade de realização desses valores – tendo em seu centro as ideias de liberdade igualitária e solidariedade – a tem em geral, quase via de regra, realmente, animado. O irracionalismo em geral é nela também descartado, embora uma racionalidade diferente ou mais modesta – comunicativa ou mais prática – se coloque como opção a versões mais ambiciosas que se apresentaram no Iluminismo, levando em conta a experiência concreta dos sujeitos, sem descurar de seu caráter mais geral e humano. Essa é senda que a teoria sociológica de orientação propriamente crítica pode e deve seguir, sem que se desconheça que as teorias críticas devem ser concebidas de forma ecumênica, em sua pluralidade. Mas, ao falar de teoria crítica, cumpre sublinhar ainda uma outra questão. Desde Marx (na verdade do Rousseau de *Origens da desigualdade*), a ideia de que faz sentido produzir teoria – o que fazia a filosofia – desvinculada da pesquisa empírica ou insumos científicos dela derivados – foi posta em xeque e em geral recusada, sem que a ideia de teoria tenha sido necessariamente recusada (o que fizeram em geral várias vertentes do “positivismo” e do “empiricismo”). A teoria crítica deve perseverar nessa perspectiva – sem descurar do trabalho relativamente autônomo dos conceitos –, o que nem sempre foi o caso em sua trajetória no século XX, quando sucumbiu à especulação – ainda que esta possa ser por vezes útil para gerar indagações e novas intuições. Uma desconexão das outras áreas de pesquisa na sociologia em particular e das outras ciências sociais isola a teoria sociológica, crítica ou não, de seu ambiente científico natural, de que se nutre, e a deslegitima perante aquelas outras áreas e disciplinas, sendo discutível o que tem para contribuir. Esse autoisolamento tem de fato ocorrido, com consequências negativas.

Enfim, é mister pôr a questão – que até agora evitei para não estragar o “clima” da leitura do artigo – de por que a teoria sociológica declinou ou se paralisou, o que apenas parcialmente se responde apontando para seu autoisolamento parcial dentro de seu campo disciplinar mais geral.

Afora isso, assinaiei de início apenas que a repetição das mesmas linhas de investigação e principalmente de teses repetitivas e que não a fazem avançar internamente gerou um cansaço e um esgotamento que só pode ser superado na medida em que novas questões sejam perseguidas e novas respostas oferecidas. Mas há um problema mais amplo. Com o desenvolvimento do neoliberalismo e a degradação do pensamento sobre a sociedade na direção de métodos e indagações curtas, voltadas para políticas sociais imediatistas e na melhor das hipóteses melhoristas, o espaço para as grandes indagações, que miram ademais o futuro, se reduziu tremendamente. Isso é verdadeiro no mundo acadêmico, mas também para os ambientes intelectuais de esquerda (que ademais se aferram a repetitivas leituras de Marx e dos marxistas, em si fundamentais, mas que não deveriam ser canonizados – criatividade de fato se encontrando nas teorias feministas e da raça que, enquanto tais, têm limites para dar conta da “totalidade social” tão cara ao marxismo). Ora, a teoria sociológica, até mesmo em suas versões mais restritas (“micro”, como diriam alguns), coloca indagações muito amplas, sobre a natureza da “sociedade” e de seus agentes, de seu desenvolvimento, da evolução e do progresso. Por isso, perdeu favor dentro da própria disciplina, no mercado editorial, nas universidades e no mundo em geral. Ou seja, o clima da época não a favorece. Mas o que favorece esse clima de época? Na verdade, a manutenção de um mundo de visão curto-prazista em que, a despeito das inegáveis melhorias na vida da maioria das pessoas – problemas gravíssimos não obstante –, injustiças e inequidades, falta de sentido, depressão e ódio se multiplicam. A teoria sociológica não pode nem tem como missão superar isso. Mas seu destino está inextricavelmente ligado às direções que a modernidade há de tomar, para a qual é capaz, por outro lado de contribuir. É possível fazer uma teoria sociológica acadêmica de alta qualidade supostamente neutra. Eu, de minha parte, não tenho nem desejo nem tempo a perder com isso.

## Referências

- Abbott, Andrew. (2016). *Processual Sociology*. University of Chicago Press.
- Alexander, Jeffrey C. (1982). *Theoretical logic in Sociology: Vol. 1. Positivism, presuppositions, and current controversies*. University of California Press.
- Amin, Samir. (2021). *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lavrapalavra. (Publicado originalmente em 1988).
- Archer, Margaret. (1995). *Realist Social Theory*. Cambridge University Press.
- Bachelard, Gaston. (1996). *Formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto. (Publicação original 1938).
- Chakrabarty, Dipesh. (2000). *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton University Press.
- Domingues, José Maurício. (1995). *Sociological theory and collective subjectivity*. Saint Martin's Press (Palgrave).
- Domingues, José Maurício. (1999). *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Contra Capa.
- Domingues, José Maurício. (2001). *Teorias sociológicas no século XX*. Civilização Brasileira.
- Domingues, José Maurício. (2002). *Interpretando a modernidade: imaginário e instituições*. Editora FGV.
- Domingues, José Maurício. (2009). *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Editora UFMG. (Publicado originalmente em inglês, 2008, Routledge).
- Domingues, José Maurício. (2013). *Modernidade global e civilização contemporânea: para a renovação da teoria crítica*. Editora UFMG. (Publicado originalmente em inglês, 2012, Routledge).
- Domingues, José Maurício. (2018). *Emancipação e história: o retorno da teoria social*. Civilização Brasileira.
- Domingues, José Maurício. (2024a). *Political modernity and social theory: Origins, development and alternatives*. Routledge.
- Domingues, José Maurício. (2024b). *Da pandemia à mudança climática*. Mórula.
- Domingues, José Maurício. (2025a). Progress and regression, modernity and social evolution. *Emancipations. A Journal of Critical Social Analysis*, 4(2), Article 1 <https://doi.org/10.55533/2765-8414.1127>
- Domingues, José Maurício. (2025b). Multiple crisis, new responses: A new phase of modernity. *International Sociology*, 40(4), 608-627. <https://doi.org/10.1177/02685809251351281>

- Fernandes, Florestan. (1958). *O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Fernandes, Florestan. (1980). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. T. A. Queiroz. (Publicação original 1967).
- Germani, Gino. (1964). *La sociología en América Latina*. Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Guerreiro Ramos, Alberto. (2024). *A redução sociológica*. Ubu. (Publicação original 1958).
- Hoebel, Thomas, & Knöbl, Wolfgang. (2019). *Gewalt Erklären! Plädoyer für eine entdeckende Prozesssoziologie*. Hamburger Edition.
- Latour, Bruno. (1984). *Le microbes : guerre et paix suivie de Irréductions*. Metalié.
- Latour, Bruno. (1994). *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Editora 34. (Publicação original 1991).
- Lukács, György. (2018). *Uma introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*. Instituto Lukács. (Publicação original 1967).
- Lukács, György. (2010). *Prolegômenos a uma ontologia do ser social*. Boitempo. (Publicação original 1984).
- Martuccelli, Danilo. (2024). *Uma cartografia social do mundo contemporâneo*. Plataforma Democrática.
- Mignolo, Walter. (2003). *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Editora UFMG. (Publicação original 2000).
- Parsons, Talcott. (2009, 2010). *A estrutura da ação social: Vols. 1-2*. Vozes. (Publicação original 1937).
- Quijano, Aníbal. (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Clacso.
- Wagner, Peter. (2024). *Carbon societies: The social logic of fossil fuels*. Polity.
- Wallerstein, Immanuel (1974, 1980, 1989) *The Modern World System*, vols. 1–3. Academic Press.

Recebido: 26 mar., 2025.

Aceito: 04 jun., 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)